

Justiça em

ano V - junho 2011 - número 23



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Juizado Especial Federal

A rotina do JEF-Capital e o trabalho de servidores e magistrados
no desafio da prestação jurisdicional célere

NESTA EDIÇÃO

INCENTIVO À ESPECIALIZAÇÃO
REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR
ENCONTROS DE GESTORES
PERFIL REGIONAL DE BAURU

Metas

É com imensa satisfação que apresento aos nossos colaboradores e demais órgãos do Poder Judiciário a edição de junho da Justiça em Revista. Maior ainda é o meu entusiasmo em lançar uma edição que aborda assuntos cada vez mais presentes na Justiça Federal.

Na matéria de capa, por exemplo, acompanhamos um dia na rotina dos trabalhos desenvolvidos no JEF da capital. Apesar dos grandes desafios enfrentados na 1ª Subseção, podemos afirmar que estas difíceis, porém, gratificantes tarefas, estendem-se para todas as subseções do estado sejam elas varas-gabinete ou varas federais. O que impressiona especificamente no JEF da cidade de São Paulo são os números de atendimentos diários, perícias e processos em tramitação. Aproveito o ensejo para agradecer a colega e presidente do JEF juíza federal Luciana Ortiz pelo atendimento dado à equipe de imprensa na realização desta matéria. Também nesta edição, há um panorama dos resultados obtidos na expedição de Requisições de Pequeno Valor (RPV), que por meio de um mecanismo específico criado pela Informática do TRF-3, viabilizou a gravação destas requisições em lote. Mostramos a importância dos encontros de gestores para melhoria constante dos trabalhos, reuniões estas realizadas



com interação e debates objetivos sobre cada seguimento dentro da Instituição. Temos, ainda, a reportagem que trata dos incentivos à especialização, onde é traçado o perfil do novo servidor público em constante atualização e como funciona este programa administrado pela área de recursos humanos. Por fim, o Perfil Regional traz a Subseção de Bauru e a atuação do Fórum nesta importante região do estado de São Paulo.

Estamos chegando ao fim deste semestre e muitas metas foram alcançadas, destaco neste período a entrega da sede própria da Subseção de São José dos Campos, a primeira sede construída com 100% de recursos humanos e financeiros da Seção Judiciária de São Paulo. Este prédio, pensado e construído de forma a se adaptar a realidade da Justiça Federal, é um marco na história da Instituição, pois prova o potencial de todas as áreas administrativas envolvidas em um projeto de grande magnitude, bem como o esforço regional de magistrados e servidores para concretização deste sonho. Repito aqui a frase que disse no dia da inauguração: "vivencio a felicidade de um pai que vê nascer seu primeiro filho". O primeiro de muitos, é o meu desejo.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Carlos Alberto Loverra

Juízes federais vices-diretores do foro
José Henrique Prescendo (capital)
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias

Estagiários
Cíntia Ranusia
Vinicius Ribeiro
Rafaella Rodrigues

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>



Aconteceu	03
Incentivo à especialização	04
Expedição de RPV's	05
Juizado Especial Federal.....	06
Encontro de gestores	08
Perfil Regional: Bauru	10
Cultura	11
Imagem da Vez	11

Fotos: Ricardo A. Nabarro



SEDE PRÓPRIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – Foi inaugurada, no dia 15/4, a nova sede da Justiça Federal em São José dos Campos. Este foi o primeiro prédio próprio construído exclusivamente com recursos (financeiros e humanos) da Justiça Federal de Primeira Instância.*

Fotos: Helio C. Martins Jr.



2ª VARA DO JEF EM AMERICANA – O JEF em Americana/SP ganhou, no dia 25/3, sua 2ª Vara-Gabinete, o que permitiu a redistribuição dos processos que tramitavam na 1ª Vara, além de acelerar o andamento das ações.*

Fotos: Jefferson Messias



INAUGURAÇÃO DO FÓRUM EM JAÚ - Foi inaugurada, no dia 18/3, a nova sede do Fórum Federal de Jaú. O novo prédio foi reestruturado com melhores condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida.*

Fotos: Subseção de Araraquara



Fotos: Vinicius Ribeiro

SEMANA DA CONCILIAÇÃO EM ARARAQUARA - Entre os dias 1 e 3 de março, a 1ª Vara Federal em Araraquara realizou a "4ª Semana de Conciliação", na qual foram pautados 84 processos e homologados 54 acordos concedendo o benefício previdenciário de auxílio doença e aposentadoria por invalidez.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER
Para marcar o Dia Internacional da Mulher (8 de março) a Justiça Federal de São Paulo realizou, no dia 4/3, a palestra "Ser, Estar, Viver - Mulher". Foram abordadas questões sobre relacionamento profissional e pessoal, vida conjugal, crises femininas entre outros assuntos.*

Fotos: Vinicius Ribeiro



CURSO PARA AGENTES DE SEGURANÇA – Entre os dias 22 e 25/3, foi realizado o módulo I do Curso de Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança. Participaram do evento os servidores responsáveis pela área de segurança dos fóruns e juizados.*



JF DE TAUBATÉ, BRAGANÇA PAULISTA E OURINHOS COMEMORAM 10 ANOS – A Justiça Federal comemorou dez anos nas cidades de Taubaté (2/3), Bragança Paulista (3/4) e Ourinhos (26/4).

* Assista ao vídeo no Podcasting do site da JFSP: www.jfsp.jus.br/podcasting/

Programa da JF concede bolsas de estudo aos servidores

Cíntia Ranúsia Carvalho

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e os diversos setores requerem mais qualificação de seus funcionários. A preocupação das empresas em geral é ter mais qualidade nos serviços prestados, possuir o bom uso da tecnologia disponível e ter em seus quadros pessoas atualizadas com novas ideias que contribuam para o crescimento da empresa. As pessoas, por sua vez, também buscam mais qualificação e especialização, porque querem ser diferenciadas das demais, conseguindo destacar-se num mercado tão competitivo.

A Justiça Federal não pensa diferente. Para que haja uma prestação de serviço adequada ao público e ao mesmo tempo investimento nos servidores, a Seção Judiciária em São Paulo, desde 2008, possui o "Programa de Incentivo à Especialização", regulamentado pelas Resoluções 176/2008 e 190/2009, do TRF3.

O programa consiste em custear parcialmente os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para servidores que ocupem cargos efetivos e comissionados sem vínculo. A quantidade de bolsas oferecidas depende do orçamento disponível para capacitação de recursos humanos. Neste ano 53 candidatos inscreveram-se para o processo seletivo.

As bolsas de estudo são concedidas anualmente, com pagamento de 70% do valor das parcelas do curso, sendo limitado ao teto mensal de R\$ 400,00 para os cursos lato sensu e R\$ 900,00 para o stricto sensu.

Segundo Gisele Molinari Fessore, da Seção de Treinamento e Desenvolvimento (SUTD), os servidores são comunicados da abertura das inscrições através do recebimento de e-mail informativo e, então, se inscrevem no programa.

O curso deve ser compatível com as áreas existentes na Justiça Federal e com o horário de trabalho. Além disso, os cursos e as instituições de ensino devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Os interessados que se encaixam nos pré-requisitos disponíveis na intranet, em Atos normativos > Legislação de Recursos Humanos > Resolução 176/08 - TRF 3R / Resolução 190/09 - TRF 3R, são ainda avaliados de acordo com outros critérios (ver quadro).

Assim, os candidatos são classificados de acordo com as pontuações, respeitando a ordem decrescente.

Em caso de empate, usa-se como critério de desempate o tempo de lotação em área correspondente ao tema do curso e quem possui a maior idade.

O pagamento da bolsa de estudos é realizado por reembolso. Para recebê-lo os candidatos apresentam documentos, como a cópia do contrato e o comprovante de pagamento da parcela.

O servidor Wendel Ferreira da Silva, da Seção de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos (SUDT), explica que depois que recebeu a notificação da abertura das inscrições para o programa, preencheu o formulário solicitando a bolsa e esperou aproximadamente vinte dias, entre a data da inscrição até a fase de seleção. "Eu estava

matriculado desde o ano anterior. Paguei o curso à vista e solicitei o reembolso", diz.

Wendel, que fez especialização em Contabilidade Pública, diz que essa qualificação o ajudou profissional e pessoalmente. "Foi muito bom, já que trabalho com sistemas ligados a orçamento e finanças públicas, pude aperfeiçoar o meu trabalho e pessoalmente pude incrementar meus conhecimentos".



Wendel Ferreira da Silva, da Seção de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos

Critérios para Pontuação:



- Servidor efetivo do quadro da 3ª Região, 1 ponto
- Servidor que ainda não possua titulação igual ou superior à pretendida, 1 ponto
- Servidor inscrito para titulação em mestrado ou doutorado, 2 pontos

Tempo de efetivo exercício na 3ª Região:

- de 3 a 6 anos, 1 ponto
- de 6 anos e 1 dia a 9 anos, 2 pontos
- de 9 anos e 1 dia a 12 anos, 3 pontos
- de 12 anos e 1 dia a 15 anos, 4 pontos
- de 15 anos e 1 dia a 18 anos, 5 pontos
- a partir de 18 anos e 1 dia, 6 pontos

Para cada 12 meses completos de lotação no órgão concedente, em área correlata ao tema do curso pretendido, 1 ponto.

Expedição de Requisições de Pequeno Valor em lote

Ricardo Acedo Nabarro

Em apenas dois dias (2 e 3/3/11), a 19ª Vara Cível Federal em São Paulo expediu cerca de sete mil RPV's (Requisições de Pequeno Valor*), numa única ação coletiva. Os envio dos dados para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) foi eletrônico, em lotes de mil, com tempo aproximado de 15 a 30 minutos cada lote.

A agilidade na expedição das RPV's foi possível graças ao fornecimento dos dados por meio eletrônico e o desenvolvimento de programas informatizados pelo TRF3 que possibilitaram o envio, em lote, das requisições ao Tribunal. "Se o servidor da Vara expedisse as requisições uma a uma o envio das sete mil RPV's demoraria bastante tempo", conta o diretor de Secretaria, Ricardo Nakai.

O envio em lote das RPV's para o Tribunal não é um procedimento rotineiro, pois ocorre somente em ações coletivas com um grande número de autores. "Na 19ª Vara existia uma situação pontual que foi vencida. As resoluções que regulamentam o pagamento das RPV's determinam que elas sejam enviadas ao Tribunal de forma individualizada, uma a uma", diz Andrea Dias Gomes de Kerbrie, diretora da Secretaria da Presidência do TRF3-SEPE.

Ela explica que a Assessoria de Informática do Tribunal viabilizou a criação de um mecanismo específico que possibilitou a gravação das requisições em lote, mas o recebimento pelo sistema do Tribunal continuou o mesmo, individualizado, obedecendo assim à legislação vigente. "Não houve mudança na recepção pelo sistema do Tribunal, o que houve foi que, a partir do caso específico da 19ª Vara, a informática desenvolveu uma rotina que será aproveitada para os casos de ações coletivas que virem a ocorrer em outras varas".

Na opinião do diretor Ricardo Nakai, em decorrência das alterações da legislação processual civil, esse tipo de ação deverá crescer cada vez mais. "Muitas ações coletivas foram ajuizadas na Justiça Federal. Os benefícios proporcionados pelos programas não se limitam à fase de expedição das requisições de pagamento, visto que a apresentação dos cálculos em meio eletrônico possibilitou conferência eletrônica e a homologação dos cálculos pelas partes, sem a necessidade de oposição dos embargos à execução".

Tudo começou quando as 11ª (que também possui ações coletivas em fase de expedição de RPV's) e 19ª Varas Cíveis requisitaram à Secretaria de Informática do TRF3 a apresentação de uma solução para o processamento em lote das execuções, de modo a racionalizar a atividade jurisdicional e otimizar as execuções. O impulso final para o desenvolvimento do sistema ocorreu após março/2010, quando a juíza federal Regilena Emy Fukui Bolognesi, titular da 11ª Vara, determinou a realização de consulta à Divisão

de Informática sobre a implantação da rotina.

Maurizio Petagna, da Assessoria de Informática do TRF3, participou ativamente no desenvolvimento dos programas. "A rotina de expedição de precatórios/RPV's em lote nasceu da necessidade de possibilitar o processamento de execuções relacionadas às ações coletivas, uma vez que o resultado desta ação pode alcançar milhares de associados/representados pelo ente autor", relata. "Após diversos estudos conseguimos desenvolver um programa que possibilitou automatizar os atos de habilitação, autuação e prevenção sem onerar o órgão responsável pela distribuição. A rotina possibilitou a criação de lotes eletrônicos e sua transmissão para o TRF", conta Maurizio.

A participação das varas foi fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos, inclusive, colaborando com fornecimento dos requisitos para o funcionamento da rotina – o que é essencial para o desenvolvimento de qualquer sistema. "Elas assumiram o compromisso de implementar a rotina e torná-la funcional na produção. Aliás, sem o comprometimento e a disponibilidade dos diretores de secretaria dificilmente o programa sairia do âmbito das ideias [...]. Seu sucesso foi decorrente de um canal de comunicação e integração entre o pessoal técnico do TRF3 com diversos órgãos alcançados pela rotina: Presidência, Corregedoria-Regional, Varas, Secretaria da Presidência, Divisão de Precatórios e o Núcleo de Apoio Judiciário".

O sistema que gerencia as RPV's e precatórios ficou mais rápido e moderno a partir de 2007, quando se tornou eletrônico. "O comunicado de pagamento é feito por e-mail institucional, e não por correio, tanto para as varas federais como juizados e justiça estadual. Da mesma forma, quando há cancelamento da requisição por alguma inconsistência, ela é devolvida por e-mail no qual se informam os motivos ensejadores da devolução, agilizando, assim, as necessárias correções a serem efetivadas pelo juízo de origem", explica Andrea Kerbrie.

"Por ocasião da expedição do requisitório pela vara, o sistema já acusa eventuais inconsistências, por meio de filtros que impedem o envio do ofício que não esteja conforme a legislação em vigor. Por outro lado, quando da recepção pelo Tribunal, o sistema também agiliza a análise e conferência do que foi protocolizado", finaliza a diretora da SEPE.

(*) Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a 60 salários mínimos se a devedora for a Fazenda Nacional; 40 salários mínimos, ou valor estipulado pela legislação local se a devedora for a Fazenda Estadual ou Distrital; 30 salários mínimos, ou valor estipulado pela legislação local se a devedora for a Fazenda Municipal.

Pequenas causas, grande trabalho

Vinicius Ribeiro

Seja para conseguir um benefício, um auxílio ou para contestar um saque indevido, o número de pessoas que abrem processo contra o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), Caixa Econômica Federal e outros órgãos federais é grande e aumenta a cada dia.

Para atender a essa demanda existem os Juizados Especiais Federais (JEF), conhecidos também como juizados de “pequenas causas”, os quais funcionam como um mecanismo de facilitação do acesso à justiça.

Para conhecer e exemplificar a rotina dos juizados, a Justiça em Revista visitou o JEF da capital paulista, que é o maior do país, atualmente com mais de 130 mil processos em trâmite. Porém o trabalho feito pela 1ª Subseção não difere de nenhuma outra no que diz respeito ao empenho no atendimento ao jurisdicionado do estado de São Paulo.

Atendimento

Grande parte das pessoas que entram em um juizado federal fazem seu primeiro contato com o Poder Judiciário e trazem consigo uma enorme carga de preconceito e ideias equivocadas de como funciona a Justiça Federal, ou seja, esperam um atendimento complicado e ineficaz.

Porém isso termina assim que acontece a primeira etapa da passagem de um cidadão pelo juizado: o atendimento. É nessa hora que as dúvidas começam a ser extintas e que más impressões trazidas de outras instituições são deixadas de lado.

O trabalho de atendimento do jurisdicionado é feito em três etapas. Assim que a pessoa atravessa as portas do JEF começa o chamado Atendimento I, no qual são realizados processos de triagem, que identifica a natureza da questão trazida pelo cidadão e o encaminha ao local correto, além da coleta de documentações necessárias à abertura do processo.

Esse primeiro contato do atendimento tem uma importância não apenas jurídica, mas também social, pois ali são atendidas pessoas que na maioria das vezes não sabem o que precisam fazer. “Grande parte das pessoas que

procuram atendimento no juizado necessitam bastante de um determinado benefício e temos que ter calma e paciência para poder ajudar”, comenta o supervisor do Atendimento I, Douglas de Oliveira.

Na segunda etapa do atendimento, a equipe comandada pelo supervisor Valter Pequeno faz um trabalho mais burocrático, porém indispensável para o bom funcionamento do juizado. É lá que o processo é aberto, a perícia agendada e, a partir dali, o jurisdicionado efetivamente



“Grande parte das pessoas que procuram atendimento no juizado necessitam bastante de um determinado benefício e, temos que ter calma e paciência para poder ajudar”, comenta o supervisor do Atendimento I, Douglas de Oliveira.

aciona a Justiça em favor de sua causa. “Todo o atendimento funciona como uma linha de produção”, explica o supervisor do Atendimento II, demonstrando a interação entre os setores do JEF.

Como em atividades nos mais diversos setores da sociedade, seja em iniciativa pública ou privada, problemas podem ocorrer. No juizado, para atender a essas ocorrências é necessário o terceiro e último setor do atendimento, onde são feitas juntadas de documentos pendentes, remarcações de perícias e resposta a

ocasionais intimações feitas pelo juiz. “Aqui, fazemos um espécie de condução dos processos já abertos”, completa o supervisor do Atendimento III, Edson Marques.

Perícia

Se uma pessoa abre processo no juizado alegando possuir uma deficiência que o impossibilita de trabalhar, como um juiz pode garantir se o benefício realmente é merecido? Justamente para embasar a decisão do magistrado, após ser atendido, o caminho mais comum para aquele que procura o juizado é o da perícia.

Dessa avaliação, a mais usual entre as modalidades é a médica, que é desmembrada em clínica geral e especialidades como ortopedia, psiquiatria, neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e medicina legal. Porém essa não é a única forma de avaliação utilizada pela Justiça Federal, pois, como para receber um benefício por doença a família não pode ter condições de arcar com as despesas de tratamento médico e medicamentos, o requerente também

recebe a visita de uma assistente social que averigua o estado socioeconômico da pessoa.

Há também especialidades técnicas que, embora pouco requisitadas, são indispensáveis para alguns casos, como o especialista em segurança do trabalho, que atesta questões como as de condições insalubres de trabalho e o grafotécnico, que autentica ou não a caligrafia de assinaturas e outros escritos de natureza suspeita.

A perícia, por ser um instrumento gerador de provas para a decisão do magistrado, é um setor que luta constantemente contra ações de má-fé de alguns advogados e jurisdicionados. "Foi criada uma lista de presença que deve ser assinada na recepção do juizado e na entrada da sala de perícia. A medida ajudou a diminuir as tentativas de fraudar o exame", conta a supervisora da Seção Médico-Assistencial, Maria Aparecida Rosa.

Organização e desafio

Em um primeiro contato, não são perceptíveis grandes mudanças entre o trabalho de direção de um fórum para o de um juizado, mas alguns detalhes mostram a diferença entre eles.

A diretora de secretaria do JEF, Érica Nozaki, define um dos pontos mais importantes do trabalho no juizado.



"Em um fórum comum cada vara tem sua secretaria, já no juizado cuidamos dos processos das treze varas com uma única equipe de apenas 30 servidores". Porém talvez esse trabalho só possa ser realizado dessa forma devido ao fato de que os Juizados Especiais Federais são os únicos do país que possuem o sistema processual totalmente digitalizado, ou seja, não há processo arquivado em papel, o que agiliza e facilita a organização do trabalho de uma secretaria.

Além disso, o administrativo do juizado possui área de contadoria, que propicia a emissão de sentenças com valores monetários estabelecidos.

Já a juíza federal presidente do JEF de São Paulo, Luciana Ortiz, ressalta que há grandes desafios em se julgar um processo de pequena causa. "É complicado aplicar uma sentença não favorável a parte requerente, pois na maioria das vezes são pessoas leigas na área jurídica e o mais difícil é que, inevitavelmente, acabamos nos sensibilizando com o caso, mas acima de tudo a lei tem que ser respeitada".

Com a atual expansão da Justiça Federal por todo o estado de São Paulo, os JEFs da capital e de Americana ganharam, recentemente, novas varas-gabinete e, até 2013, estão previstas inaugurações de outros juzizados, o que aumentará o serviço jurisdicional à população que tanto necessita desse valioso trabalho. ■



Juizado Especial Federal da capital, atualmente com mais de 130 mil processos em trâmite.

Encontros promovidos pelo RH

Jefferson Messias

Planejados com o objetivo de promover a melhoria e padronização dos serviços em toda a Subseção Judiciária de São Paulo, os chamados "Encontros de Gestores" aumentaram a integração entre a Administração Central e as demais subseções do interior, além de permitir a divulgação dos projetos realizados.

Estes eventos são realizados anualmente pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (NUDE), em parceria com outros setores administrativos. Há encontros direcionados para servidores que atuam nas áreas de informática, contabilidade, segurança, distribuição e protocolo, gestão administrativa, entre outras.

Para o diretor do Foro, juiz federal Carlos Alberto Loverra, os encontros "ajudam a melhorar o trabalho, tanto do ponto de vista local, quanto do ponto de vista da Administração Central, pois possibilitam a troca de experiências, conferem mais autonomia para que os próprios

gestores resolvam problemas locais e evitam a repetição de erros já cometidos no passado".

Os participantes recebem treinamento e informações diretamente dos núcleos responsáveis por sua área de atuação, aliando capacitação técnica à interpessoalidade das relações, além de esclarecerem dúvidas, darem sugestões para a melhoria do trabalho e apresentarem necessidades específicas sobre determinado assunto. Neste ano foram realizados os encontros de gestores administrativos em Marília, de agentes de segurança da Justiça Federal e o de servidores da área de informática, realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF3.

Eduardo Manelli Rizzoli, diretor da Subsecretaria Judiciária e de Gestão de Recursos Humanos (UREC), ressalta que os encontros servem para padronizar o serviço e rever os procedimentos, selecionando aqueles que são mais eficazes. "A realização desses eventos nos permite identificar problemas que acometem todas as áreas e padronizar formas de solucioná-los. Com isso ganhamos tempo, otimizamos recursos e conseguimos verificar onde estão as maiores dificuldades".

Os gestores são os protagonistas

No caso do VI Encontro de Gestores Administrativos, realizado em março deste ano na cidade de Marília, os participantes sugeriram os assuntos que seriam discutidos, bem como o local do evento e os palestrantes, o que serviu para focalizar nos temas de maior prioridade e como fator de motivação para todos.

Oscar Paulino dos Anjos, diretor da Secretaria Administrativa, destacou que ao participarem ativamente e democraticamente do planejamento do evento, os gestores atuaram como verdadeiros "protagonistas", e isso fez uma grande diferença para alcançar o resultado esperado.

Os temas escolhidos trataram de gestão documental, gestão e fiscalização de contratos, manutenção predial e segurança nos fóruns do estado. Os treinamentos e debates foram promovidos pelos Núcleos de Apoio Judiciário (NUAJ), Controle Interno (NUCI), Segurança e Transporte (NUSE) e Administração Predial (NUAP).

Gisele Molinare Fessore, supervisora da Seção de Treinamento e Desenvolvimento (SUTD), explica que para esse evento a função da Administração foi a de dar o apoio necessário, oferecendo o conhecimento logístico e pedagógico para organizá-lo, porém



a escolha do que foi tratado e discutido teve a participação direta dos gestores. Essa abordagem “fez com que percebessem o respeito da Administração pelas necessidades deles e veio ao encontro do tema escolhido para os eventos deste ano”, afirma Gisele.

Da capital para o interior

A realização do encontro no interior também facilita o deslocamento dos que trabalham longe da capital e aproxima ainda mais os gestores com a Diretoria do Foro. Um dos objetivos da Administração é privilegiar as subseções judiciárias, descentralizando os eventos de São Paulo.

Os próprios gestores reconhecem essa preocupação, como é o caso de José Alessandro Ribeiro, diretor administrativo do Fórum de Presidente Prudente: “Uma das coisas mais importantes que temos sentido é a valorização dada pela Administração Central para as subseções do interior, pois percebemos que há uma preocupação em acompanhar e aperfeiçoar o nosso trabalho”.

O juiz federal diretor do foro, Carlos Alberto Loverra, ressalta que “é importante que os gestores tenham esse contato com a Diretoria do Foro, a Secretaria Administrativa e com pessoas especializadas em soluções de problemas locais e gerais. O resultado tem sido muito proveitoso”.

Integração e participação de todos

O maior benefício trazido à Justiça Federal com a realização desses encontros é, sem dúvida, a integração e a troca de experiências entre os participantes, que embora estejam geograficamente distantes, realizam atividades similares e têm, portanto, os mesmos problemas e dificuldades. Ao conhecerem as boas práticas de colegas de outras subseções, a troca de ideias e de informações diminui a sensação de isolamento e aumenta a motivação.

Os encontros também têm proporcionado o fortalecimento dos laços e da cultura da cooperação entre os gestores, sendo comum buscarem ajuda e sugestões de outros colegas quando se deparam com algum problema em sua cidade, o que torna a disseminação de boas práticas mais eficaz. Há uma considerável otimização de tempo e recursos quando necessidades identificadas transformam-se em problemas resolvidos.



“Todo tipo de encontro permite personificar as pessoas que trabalham na mesma rede de setores, então, esta integração de pessoal serve para proporcionar a troca de experiências e diminuir as dúvidas, que são comuns àqueles que ficam remotamente longe dos fóruns da capital”, diz Eduardo Antônio do Prado Fernandes, do Núcleo de Apoio Regional de Ribeirão Preto.

Os principais responsáveis pelos resultados alcançados por esse tipo de evento são as próprias pessoas que dele participam, oportunidade em que se conscientizam da interdependência entre as diversas unidades organizacionais da Justiça Federal e pelo modo como se relacionam e formam redes de cooperação e comprometimento com a instituição.

De acordo com o cronograma do Programa Anual de Treinamento e Desenvolvimento, estão previstos para este ano os encontros de diretores de secretaria e juizados, gestores das centrais de mandado, contadores, diretores da administração central e área de segurança, com datas de realização a serem definidas. ■



Bauru

Vinícius Ribeiro

Chega a ser curioso, mas entre tantas outras características, a cidade que é uma das mais importantes da região noroeste do estado de São Paulo, é bastante conhecida por batizar um famoso sanduíche servido na maioria dos bares e lanchonetes em vários cantos do Brasil.

O município que possui 668 km² de área, onde residem cerca de 344 mil pessoas (segundo primeiros resultados do Censo 2010), surgiu em meados do século XIX. Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo se estabeleceram na região, que até então era povoada por tribos de índios Kaingang. Com a fundação da Fazenda das Flores foi plantada a semente que resultaria na emancipação da região em 1 de agosto de 1896.

Hoje, 114 anos depois, a cidade é uma das mais evoluídas do estado. Em 2008, contabilizou um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 6 bilhões e seu IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) é acima da média nacional e o 76º maior do país.

Sua economia passou por fases distintas em sua história. No início, o plantio de café predominava nas terras bauruenses, porém como o solo era relativamente improdutivo, foi aberto espaço para os setores industrial e de comércio e serviços. Sua malha rodoviária e ferroviária facilitava bastante a distribuição de produtos por todo o estado.

Foi na cidade do noroeste paulista que talvez o maior ícone brasileiro tenha surgido. Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, deu seus primeiros passos no futebol em solo bauruense quando jogava pelo Bauru Atlético Clube, em 1953, cinco anos antes de se tornar o mais jovem jogador a ser campeão do mundo. Hoje, o clube não participa mais de competições futebolísticas, mas ficará eternamente marcado

por essa passagem do rei do futebol.

Outro motivo de orgulho para a cidade de Bauru é seu polo educacional, no qual estão instaladas algumas das universidades mais importantes do país, das quais destacam-se a Unesp (Universidade Estadual Paulista) e a USP (Universidade de São Paulo).

8ª Subseção Judiciária

Bauru é a maior cidade das que compõem a 8ª Subseção Judiciária da Justiça Federal no estado de São Paulo e, junto das cidades de Agudos, Avaré, Botucatu, Lençóis Paulista, Lins, Piratininga e mais 34 municípios, somam mais de um milhão de jurisdicionados. Desde 14/10/94, a região conta com a proximidade da Justiça Federal para o melhor atendimento à população, pois nessa data foi instalado o fórum bauruense.

No primeiro ano de funcionamento do Fórum, que ocorreu durante a gestão do desembargador federal, então presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Américo Lacombe, foram recebidos 6.679 processos, em sua maioria vindos da Justiça Estadual local.

No que diz respeito às matérias processuais, o juiz federal titular da 1ª Vara de Bauru, Roberto Lemos dos Santos Filho, apontou as ocorrências mais comuns tramitantes na Subseção. "Predominam ações relativas a benefícios previdenciários, questões agrárias, crimes de descaminho, moeda falsa, fraudes contra o INSS e contra o Sistema Tributário Nacional, além de questões relacionadas ao Sistema Financeiro de Habitação, uma vez que Bauru possui o maior conjunto habitacional da América Latina", completa o juiz federal.





No livro **“Poder Judiciário, Direitos Sociais e Racionalidade Jurídica”**, os diversos autores discutem a perspectiva do plano teórico e prático, temas a respeito da Eficácia dos Direitos Sociais, do Direito Social Tributário, do Direito Processual Civil Social, do Direito Previdenciário e Trabalhista. Além de assuntos tocantes à Filosofia, Sociologia e Teoria do Direito Social.



A obra **“Direito Previdenciário Esquemático”**, da desembargadora federal Marisa Ferreira dos Santos, faz parte da coleção “Esquemáticos”, que reúne diversas disciplinas para concursos públicos.



A exposição **“Living with Hurricanes: Katrina and Beyond”** mostra os estragos que o furacão Katrina causou na cidade de New Orleans. O piano da foto pertencia ao músico Fats Domino e está exposto do mesmo jeito em que foi encontrado após a passagem do furacão.

**Fernanda Siqueira Da Cruz
10ª Vara Cível- Capital**

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

CARTAS

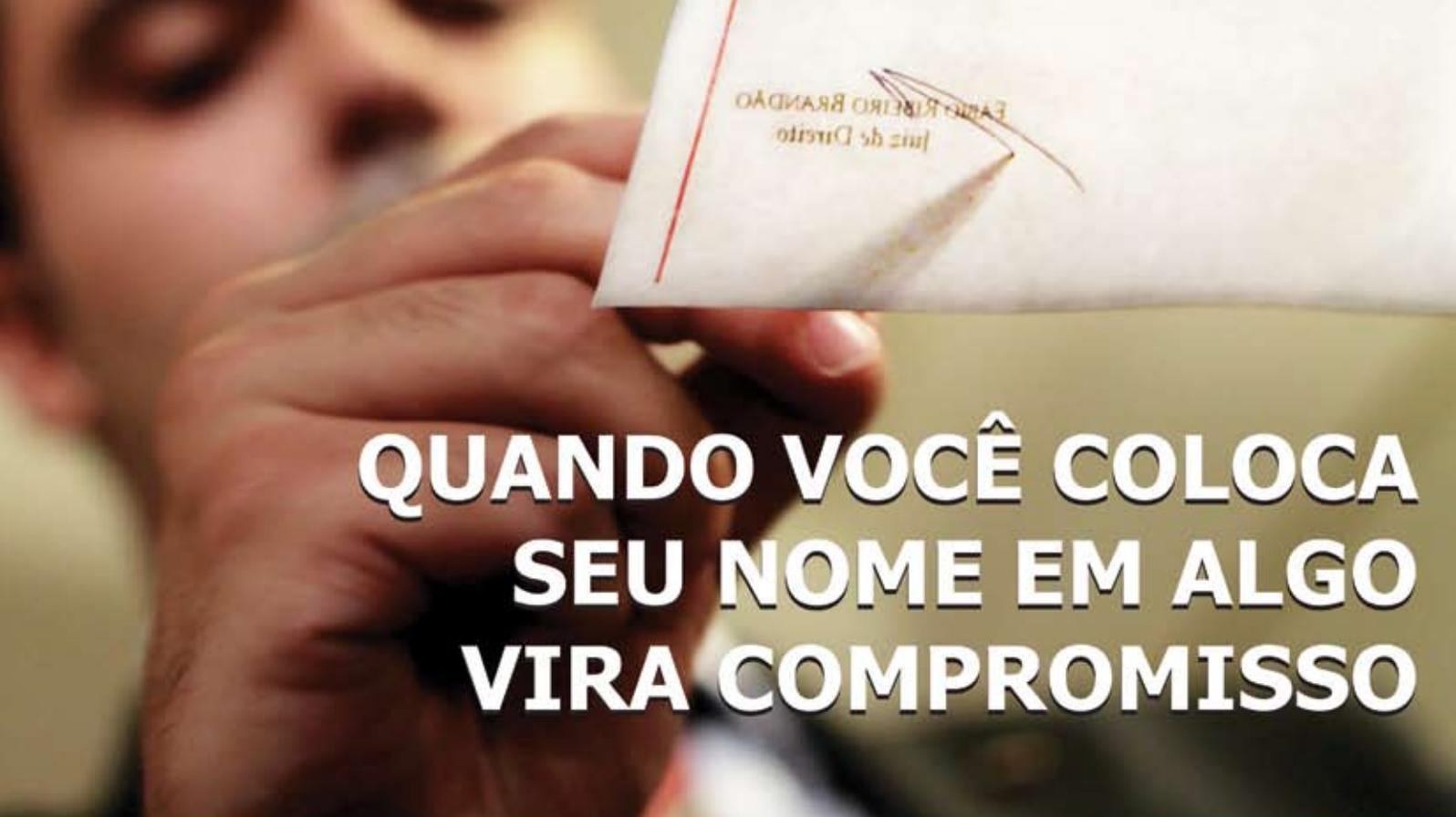
Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo telefone: (11) 2172-6175.

PASSATEMPO



Relacione a imagem ao nome, data de posse e estado natal de cada um dos presidentes brasileiros.

Fernando Collor	()	30 de outubro de 1969	()	Paraíba	()
Epitácio Pessoa	()	1 de janeiro de 1946	()	São Paulo	()
Campos Sales	()	24 de agosto de 1954	()	Minas Gerais	()
Garrastazu Medici	()	15 de março de 1979	()	Rio Grande do Norte	()
João Figueiredo	()	15 de novembro de 1906	()	Mato Grosso	()
Washington Luís	()	15 de novembro de 1926	()	Rio Grande do Sul	()
Gaspar Dutra	()	15 de novembro de 1898	()	Rio de Janeiro	()
Afonso Pena	()	28 de julho de 1919	()	Rio de Janeiro	()
Café Filho	()	15 de março de 1990	()	Rio de Janeiro	()



QUANDO VOCÊ COLOCA SEU NOME EM ALGO VIRA COMPROMISSO

Compromissos da Justiça com você em 2011

- ▶ Após as sessões de julgamento, publicar os acórdãos em até dez dias.
 - ▶ Acabar com o estoque de processos que entraram na Justiça até o fim de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e de competência do tribunal do júri, até o final de 2007.
 - ▶ Julgar mais processos do que a quantidade que entrou na Justiça este ano.
 - ▶ Publicar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.
- Para maiores informações consulte o portal do seu tribunal.**



Compromisso com a Justiça do Brasil.

www.cnj.jus.br